

“Você no sabe o que es se sentir humilhada asi”: humilhação, afetos hostis e outras regularidades afetivas do governo do refúgio¹

“Você no sabe o que es se sentir humilhada asi”: humiliation,
hostile affects and other affective regularities of the refuge
government

Nathalia Antonucci Fonseca

Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar a humilhação como uma regularidade afetiva do governo do refúgio e defender a centralidade dos afetos na análise desse governo. O texto baseia-se na pesquisa de doutorado da autora, que está em andamento. A pesquisa consiste na construção de uma etnografia, resultante da dupla atuação da autora como pesquisadora e gestora na LGBTQ+ Movimento, uma organização voltada para o público migrante e refugiado LGBTQ+. A partir desse enfoque metodológico, o estudo foca na experiência de algumas mulheres trans e lésbicas acompanhadas pela organização entre 2020 e 2022. Na primeira parte deste artigo, examina-se como uma série de reconfigurações administrativas, provocadas pelo crescimento e formalização da organização, desafiam o modelo de gestão pela intimidade, gerando conflitos. Na segunda parte, destaca-se que os afetos não são elementos novos no campo dos estudos migratórios e humanitários; no entanto, argumenta-se que o espectro de afetos se amplia quando se considera as experiências dos sujeitos no encontro com os aparatos administrativos. Na última parte, apresenta-se o caso de Maritza, uma mulher trans venezuelana, e analisam-se as dimensões micropolíticas das emoções ligadas à humilhação, a fim de evidenciar como esse afeto passa a funcionar como um mecanismo de governo, participando de maneira

¹ Este artigo tem como base a minha pesquisa de doutorado, em andamento, no Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro, desenvolvida sob a orientação da professora Laura Lowenkron e com o apoio financeiro da CAPES. A pesquisa contou com um período sanduíche realizado na Johannes Gutenberg University (JGU), com apoio financeiro da CAPES e apoio complementar do Departamento de Antropologia da JGU.

Recebido em 13 de abril de 2024.
Avaliador A: 06 de junho de 2024.
Avaliador B: 21 de julho de 2024.
Aceito em 21 de agosto de 2024.



regular da vida dos sujeitos migrantes e refugiados. Por fim, sugere-se que as regularidades afetivas vivenciadas por Maritza e outros migrantes e refugiados estão conectadas a algumas tradições administrativas historicamente presentes nos programas destinados a essa população no Brasil.

Palavras-chave: Afetos, Emoções, Refúgio, LGBT, Humilhação.

ABSTRACT

The objective of this article is to investigate humiliation as an affective regularity of refugee governance and to defend the centrality of affects in the analysis of this governance. The text is based on the author's ongoing doctoral research. The research consists of constructing an ethnography, resulting from the author's dual role as a researcher and manager at LGBT+ Movimento, an organization focused on the migrant and refugee LGBTI+ community. From this methodological approach, the study focuses on the experiences of several trans and lesbian women supported by the organization between 2020 and 2022. In the first part of this article, it examines how a series of administrative reconfigurations, prompted by the organization's growth and formalization, challenge the model of intimacy-based management, generating conflicts. In the second part, it highlights that affects are not new elements in the field of migratory and humanitarian studies; however, it is argued that the spectrum of affects expands when considering the experiences of subjects in their encounters with administrative apparatuses. In the final part, it presents the case of Maritza, a Venezuelan trans woman, and analyzes the micropolitical dimensions of the emotions linked to humiliation, in order to demonstrate how this affect begins to operate as a mechanism of governance, regularly participating in the lives of migrant and refugee subjects. Lastly, it suggests that the affective regularities experienced by Maritza and other migrants and refugees are connected to certain administrative traditions that have historically been present in programs aimed at this population in Brazil.

Keywords: Affects, Emotions, Refugees, LGBT, Humiliation.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é defender e evidenciar a centralidade dos afetos para análises antropológicas do governo do refúgio, bem como argumentar que é fundamental incorporar

nessas análises as *regularidades afetivas* de certos *afetos hostis*² (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021) como a humilhação, que têm recebido menos atenção nesse campo de estudos. Esses dois argumentos são desenvolvidos a partir de uma pesquisa etnográfica baseada na minha experiência enquanto gestora na Organização não Governamental (ONG): LGBT+Movimento, voltada para pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ no Rio de Janeiro.

Boccagni e Baldassar (2015) chamam atenção para o fato de que “as experiências de vida e trajetórias de pessoas migrantes oferecem um rico, complexo e pouco explorado campo para o estudo das emoções” (2015, p. 73). No argumento das autoras, o campo de estudos migratórios e humanitários tem sido dominado por análises econômicas e políticas que tendem a subestimar ou ignorar o papel dos afetos nesse campo (Mai; King, 2009; Svašek, 2012; Ho, 2014), produzindo uma lacuna [*gap*] nos espaços de encontro e coprodução de ambos. Apesar de Boccagni e Baldassar (2015) apostarem na existência de uma lacuna entre os estudos dos afetos e o campo de estudos migratórios e humanitários, argumento que esses elementos estão extensivamente presentes nas etnografias realizadas nesses campos. Na análise de Fassin (2012), importante autor dos estudos humanitários, os afetos estão na base daquilo que organiza a *razão humanitária*, não sendo, portanto, elementos novos nesse campo. São, talvez, as dificuldades empíricas na captura da qualidade desses elementos (Laszkowski; Reeves, 2018) que contribuem para que eles permaneçam como plano de fundo em muitas análises, mas sua presença está marcada nas narrativas, percepções, atmosferas, sensações, sentimentos, gestos silêncios etc., que permeiam as etnografias do campo.

Nesse sentido, este artigo busca desenvolver um duplo argumento. Em primeiro lugar, pretende demonstrar que os afetos não são elementos novos no campo de estudos humanitários, no qual estão inseridas as discussões sobre refúgio. Entretanto alguns afetos específicos, como a “compaixão” e a “in/gratidão”, ganharam maior centralidade nessas análises, ofuscando a presença de outros afetos que participam igualmente dessas dinâmicas. Em segundo lugar, defendo que os afetos podem ser utilizados como lente analítica do governo do refúgio³. Ao partir do caso de Maritza (nome fictício), uma mulher trans venezuelana, exploro como alguns *afetos*

2 Neste artigo, que abre o dossiê “Nojo, humilhação e desprezo: Uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social”, os autores utilizam os termos “emoções hostis” e “sentimentos hostis” para se referirem a um conjunto de emoções que estão ligadas a “processos de inferiorização, estigmatização, agressão e produção de desigualdade” (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021, p. 20). Na minha pesquisa de doutorado, opto por utilizar o termo “afetos hostis”, porém respeitando o sentido dado pelos autores citados acima.

3 Utilizo a expressão “governo do refúgio”, em parte inspirada nas reflexões de Navia (2014), para me referir ao que a autora chama de “universo institucional do refúgio”, isto é, a “série de instituições governamentais e não governamentais que configuram um espaço mais ou menos limitado de gestão mas não completamente conhecido e fechado” (p. 19). Utilizar a expressão “governo do refúgio” significa que assim como a autora, reconheço que as ações implicadas nessa gestão tem exercício de governo, tal como proposto por Foucault (2010). Por outro lado, minha intenção é ampliar a noção de governo do refúgio para além das suas constelações mais institucionais, de modo que a noção passe a englobar também a gestão mais informal do refúgio que acontece por meio das redes informais agenciadas pelos sujeitos migrantes e refugiados.

hostis (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), ligados sobretudo à sensação de humilhação, configuram *regularidades afetivas* nas formas de sentir dos sujeitos que iluminam aspectos da assimetria entre administrados e administradores e conectam-se a *tradições administrativas* (Navia, 2020) que participam historicamente desse campo no Brasil.

Utilizo “afetos” como um termo guarda-chuva para me referir aos diversos afetos, emoções, sentimentos, sensações e sentimentos morais. Na literatura de múltiplas disciplinas, alguns autores têm optado por usar diferentes formas de indistinção entre esses conceitos, como estratégia de navegar pela multiplicidade de definições e linhas de pensamento que entrecruzam esse campo. Alguns dos autores que optaram por utilizar termos equivalentes entre si levam em conta que, muitas vezes, menos importa a definição daquilo que os afetos são e mais aquilo que eles fazem (Ahmed, 2014). É com esse mesmo sentido que optei por privilegiar o termo “afetos” ao longo do texto.

Esta análise é baseada nas reflexões que venho construindo na minha pesquisa de doutorado em andamento. Os detalhes do caso abordado na última sessão aconteceram entre 2020 e 2022. Não foram realizadas entrevistas com as interlocutoras, utilizo minhas próprias experiências como gestora na organização LGBT+Movimento, mensagens trocadas via whatsapp institucional⁴ ou mensagens postadas pelas interlocutoras nas redes sociais.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, trato da constituição da LGBT+Movimento ao longo do tempo e de como algumas reconfigurações da organização deslocaram minhas percepções analíticas e me voltaram para o papel dos afetos no governo do refúgio. Na segunda parte, demonstro que os afetos não são elementos inéditos no campo de estudos humanitários, entretanto alguns deles vem participando de forma mais privilegiada nas análises que tomam como objeto sujeitos migrantes e refugiados. Argumento que esses afetos mais privilegiados nas análises não são, necessariamente, aqueles que mais aparecem ao nos voltarmos para experiências de pessoas migrantes e refugiadas. Na terceira parte, parto da experiência de Maritza, mulher trans venezuelana, para evidenciar como a humilhação atua diretamente na produção dos sujeitos migrantes e refugiados por meio da conformação de uma presença crônica nos encontros com o governo do refúgio. Dou a essa presença de especial regularidade o nome de *regularidades afetivas*.

LGBT+MOVIMENTO: DA GESTÃO PELA INTIMIDADE ÀS RECONFIGURAÇÕES ADMINISTRATIVAS

⁴ Essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro e contou com a autorização da organização LGBT+Movimento.

Em 2018, participei da fundação da LGBT+Movimento, na época apenas um projeto informal que visava facilitar a conexão de pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ com espaços, pessoas e equipamentos voltados para esse público na cidade do Rio de Janeiro. Nas minhas primeiras interações com pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas, recém-interiorizadas⁵ para a cidade, “um repertório de insatisfações” (Hamid, 2019, p. 204) tomou conta das nossas conversas. As queixas giravam em torno de incompreensões, esperas e desconfianças até acusações de negligência e abandono em relação ao acompanhamento de seus casos de regularização migratória, acesso a direitos e encaminhamento para vagas de emprego. Associadas a essas queixas estavam diversos *afetos hostis* (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021) que pareciam permear de forma crônica os sentimentos e as narrativas desses sujeitos e, dada sua qualidade repetitiva, chamaram minha atenção. A participação de alguns afetos (neste artigo focarei apenas na *humilhação*), com particular regularidade e intensidade, na vida de pessoas migrantes e refugiadas revela que os afetos carregam um papel importante na compreensão das formas de governo (Reeves; Laszczkowski, 2018) e *tradições administrativas* (Navia, 2020) que, historicamente, organizam-se ao redor desses sujeitos.

Nessa sessão pretendo narrar brevemente alguns detalhes do processo de institucionalização da LGBT+Movimento, que deixou de ser um projeto informal preocupado com a produção de intimidade e conexão com os sujeitos e rapidamente constituiu-se como organização juridicamente formalizada. Durante esse processo de transição administrativa algumas pessoas apoiadas pela instituição passaram a disparar conflitos após receberem sucessivas recusas aos seus pedidos por “ajudas” financeiras. Esses conflitos serviram como disparadores para orientar meus questionamentos sobre qual o papel dos afetos no governo do refúgio e sobre como alguns afetos, ao participarem regularmente da vida desses sujeitos, atuam também como tecnologias desse mesmo governo, que produz formas específicas de pensar e sentir o refúgio. Com isso, sugiro que os processos de institucionalização da LGBT+Movimento não podem ser destacados da produção e repetição de certos *afetos hostis*, como a humilhação. Essas percepções orientam a noção de *regularidades afetivas* que também sugerirei ao longo deste artigo.

A LGBT+Movimento iniciou suas atividades sem uma sede física, os atendimentos começaram a acontecer nas ruas, bares, botecos e pequenos restaurantes ou em locais temporários, como casas de acolhimento ou casas alugadas pelas pessoas apoiadas, quase sempre no centro da cidade ou em favelas da Zona Oeste. Na época, a LGBT+Movimento, acompanhava cerca de 10-15 pessoas, majoritariamente mulheres trans e lésbicas venezuelanas. A forma de gestão inicialmente construída pela LGBT+Movimento, em resposta ao *repertório de insatisfações* (Hamid, 2019) narrados pelas pessoas migrantes e refugiadas, envolvia, portanto

5 A interiorização é um pilar da Operação Acolhida, força tarefa tático humanitária, que realiza a “realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita” de nacionais venezuelanos, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil.

o compartilhamento de intimidade e a produção de conexão com os sujeitos. Partilhei com as mulheres apoiadas situações de expulsão de abrigos, saudades de filhos e outros relativos, aspirações sobre o futuro, histórias sobre o passado, comemorações de aniversários, almoços e jantares⁶, o fazer e desfazer de casos amorosos, situações de violência, fofocas e muitas outras situações cotidianas. O contato com as pessoas era feito diariamente via *WhatsApp*, também nos encontrávamos com frequência para fazer a mediação entre elas e agentes da Cáritas⁷, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ou de algum equipamento do estado, para pedidos de “ajuda”⁸ (financeira ou não) ou somente para papearmos e passarmos tempo juntas. A criação de laços de intimidade foi sendo forjada a partir do compartilhamento de vivências, histórias e “ajudas”, sobretudo associadas a mediação⁹. Nessa ocasião, era no meio dos encontros e conversas que surgiam narrativas de situações e pedidos de “ajuda” financeiras ou materiais e a partir disso íamos, de forma bastante artesanal, acionando redes pessoais para conseguir mobilizar celulares, móveis, eletrodomésticos, roupas, dinheiros e “ajudas” diversas.

Em 2020, com a chegada da pandemia do covid-19, assistimos a degradação das condições de vida de muitas pessoas acompanhadas pela organização, os pedidos por “ajudas” por regularização migratória, pela busca de empregos, por acompanhamento de situações de saúde, por “ajudas” financeiras e por segurança alimentar aumentaram exponencialmente. Optamos por tentar a formalização da organização para aumentar as chances de financiamentos via editais de pequeno e médio porte, que nos possibilitassem ter uma maior estrutura para auxiliar as pessoas.

Em 2021 conseguimos, em um só tempo, o CNPJ, um espaço cedido para ser a primeira

6 O compartilhamento de comida sempre foi um elemento muito importante na criação de intimidade. Sempre que nos encontrávamos dividíamos algo de comer em algum bar ou restaurante próximo, em datas comemorativas sempre recebíamos comidas típicas venezuelanas de algumas pessoas atendidas. A comida também tem um papel central na migração de pessoas venezuelanas e muitas vezes aparece como motivação principal para os trânsitos. Para uma atenção especial a esse tema indico a leitura de Vasconcelos e Santos (2021).

7 Faço uso abreviado do nome da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para me referir a esta organização confessional que instituiu o primeiro programa de atendimento a refugiados no Brasil, em 1976 e que hoje se chama PARES-Cáritas.

8 Este termo é acionado pelas interlocutoras a partir múltiplos sentidos e lugares, irei destacar dois desses usos. De um lado, as “ajudas”, ligadas a benefícios financeiros ou não, parecem estar mais associadas a uma gramática humanitária, que restaura noções características desse universo, como a compaixão, a caridade e o reconhecimento do sofrimento do outro, instaurando relações fundamentalmente assimétricas de poder (Navia, 2014; Fassin, 2012). Essa noção aparece nas tentativas de acesso das interlocutoras a “ajudas”, sobretudo financeiras, por parte da LGBT+Movimento e de outras organizações que participam do governo do refúgio e é parte central dos conflitos por elas disparados. Por outro lado, as “ajudas” podem se referir a trocas em meio a redes informais (de sociabilidade, de parentesco ou de vizinhança), que envolvam transferências monetárias ou não, aproximando-se mais da noção desenvolvida por Guimarães e Vieira (2020) ao descrever o “cuidado comunitário” que não acontece nem como “obrigação”, nem como “trabalho”.

9 A função de mediação é bastante comum entre organizações do governo do refúgio. Gosto da forma como Veena Das (2015) se aproxima dessa função ao trazer a noção de *broker*, para descrever aqueles que buscam criar caminhos mais palatáveis nas “selvas burocráticas”.

sede da organização e nossos primeiros financiamentos. Porém esse rápido crescimento também representou um acúmulo de desembolsos e responsabilidades que nos forçaram a criar uma série de reconfigurações administrativas e sistemáticas, que permitissem o pleno funcionamento da organização que naquele momento contava com mais pessoas voluntárias e uma pequena equipe contratada. Entre as reconfigurações estava a preocupação com uma gestão administrativa eficiente e uma prestação de contas transparente e organizada, com planilhas, contratos, recibos, notas fiscais e assinaturas. Rituais que até aquele momento não faziam parte do dia a dia da organização e passaram a permear as relações entre gestores e pessoas apoiadas.

Com o tempo, somaram-se a essas mudanças administrativas, mudanças nos fluxos de atendimento, nas disponibilidades de tempo, na criação de critérios e restrições às “ajudas” financeiras e na exigência da assinatura de recibos, provocando consternações diversas nas pessoas atendidas pela organização. Essas atualizações, que alteraram e inseriram novos rituais, passaram a participar do cotidiano da organização que, paradoxalmente, “estava crescendo”. De certa maneira, parecia que a LGBT+Movimento estava sendo “capturada” pelas formas de gestão mais fortemente burocratizadas do grande aparato humanitário.

Como efeito das novas configurações nas malhas administrativas alguns *afetos hostis* (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), ligados sobretudo à humilhação, passaram a ganhar mais centralidade. O “sentir-se humilhado” já estava presente nas queixas que diversas pessoas migrantes e refugiadas ao se referirem a encontros com agentes e instituições do governo do refúgio (Navia, 2017; Hamid, 2019; Vasconcelos, 2021), mas até então não tinham atravessado a forma de gestão da LGBT+Movimento. O encontro com esses “novos” afetos, a partir de alguns casos disruptivos (Navia, 2017), como o de Maritza, exposto na última sessão deste artigo, passaram a chamar minha atenção para como alguns afetos são elementos fundamentais na interpretação das relações de poder dentro do governo do refúgio (Abu-lughod; Lutz, 1990).

A partir de então passei a explorar as intersecções entre o campo de estudos humanitários e migratórios e o campo de estudo dos afetos. Muitos autores sublinham a escassez de produções entre os dois campos, caracterizando a intersecção de ambos pela sua “lacuna”, (Boccagni; Baldassar, 2015), mas, apesar da intersecção ainda ser emergente, os afetos não são, evidentemente, elementos novos nas análises que tratam dos estudos humanitários.

OS AFETOS NO GOVERNO HUMANITÁRIO

Quando voltamos nossos olhares para os modos de governo contemporâneos que tem agido sobre as vidas precárias (Fassin, 2012; Butler, 2015), nos deparamos com uma gramática profundamente envolta pelos afetos. Esses últimos imersos nas justificativas e práticas de governo que têm participado da vida cotidiana de pessoas migrantes e refugiadas ao redor

do mundo. Meu argumento é que alguns afetos, como a compaixão e a gratidão/ingratidão ganharam maior destaque dentro do campo de estudos humanitários, ao qual o refúgio se insere. Porém esse não é o leque inteiro de afetos que circulam nesse campo, há um outro conjunto possível de afetos, como por exemplo a humilhação, que aparece de forma repetitiva quando voltamos nossos olhares para os encontros entre migrantes e refugiados e agentes e instituições que participam do governo do refúgio.

Ao realizar uma genealogia do humanitarismo no Ocidente, Fassin (2012) descreve como a *razão humanitária* opera através da produção de *sentimentos morais*, capazes de incitar emoções que “nos mobilizam diante do sofrimento dos outros e nos fazem desejar remediá-lo” (2012, p. 1). Segundo o autor, a *compaixão* está no centro¹⁰ desses *sentimentos morais* associada às premissas cristãs de “sacralização da vida” e “valorização do sofrimento” (Fassin, 2012, p. 248). No que o autor se refere como a “paradoxal combinação entre emoção e razão” (Fassin, 2012, p. 1, tradução nossa) a *compaixão* parece ser a emoção exemplar que une esses dois polos: o sofrimento alheio incita uma reação emocional, a *compaixão*, que por sua vez é ligada a uma indignação moral racional, pelo fim do sofrimento. Essa é a “conexão entre afetos e valores” (Fassin, 2012) que rege o *governo humanitário* de acordo com a proposta do antropólogo francês.

Isto é, a construção desse governo e dos *sentimentos morais* a ele associados, legitimam discursos e práticas coletivas de vitimização, conferindo legitimidade moral ao sofrimento das vítimas e as ações de reparação e cuidado de cunho humanitário. Entretanto, ao mesmo tempo que essas práticas produzem o desejo de reparação, estando associadas a uma política de solidariedade, elas também estão associadas a um governo de vidas precárias, o que torna a “política da compaixão uma política da inequidade” (Fassin, 2012, p. 3). Essa tensão entre inequidade e solidariedade funda o *governo humanitário* e marca o caráter assimétrico diretamente implicado na *compaixão* dentro desse campo. Essas assimetrias ganham destaque quando nos voltamos aos encontros e relações entre sujeitos migrantes e refugiados e agentes que participam do governo do refúgio, incluindo, evidentemente, a gestão da LGBT+Movimento, como veremos no caso de Maritza.

As tensões travadas nesses encontros também demonstram como de um lado a compaixão orienta as práticas morais bondosas dos agentes (Boltanski, 1993), que fazem uso de uma

¹⁰ É evidente que a centralidade da compaixão não significa que ela seja a única emoção que ganha destaque no discurso de Fassin (2012). O autor utiliza a abordagem histórica para narrar a ascensão do humanitarismo por meio da promoção do sofrimento social, que passaria a se tornar “contagioso” (p. 26). As pessoas passaram não apenas a serem afetadas pelos eventos calamitosos e/ou brutais, mas também passaram a ter contato direto com a condição de sofrimento do outro, através de recursos audiovisuais ou textuais. Isso significa que o “sofrimento à distância” (Boltanski, 1993) ou a “pena à distância” (Arendt, 1962) foram substituídos por formas mais íntimas de sofrimento, que eram capazes de gerar afetos empáticos muito mais intensos que o formato anterior. A centralidade da compaixão só ganha corpo pois outros *sentimentos morais*, como o sofrimento e a empatia, estão também nas bases fundantes do que o antropólogo chama de razão humanitária.

gramática da proteção e do cuidado, enquanto de outro lado os migrantes e refugiados relatam um “repertório de insatisfações” (Hamid, 2019) marcados por *afetos hostis* (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), que chamam atenção para o aspecto repressor dessas interações. A *repressão compassiva*, conceito cunhado também por Fassin (2012), marca o efeito contraditório das operações do *governo humanitário* que surgem com a intenção de remediar aquilo que, por fim, acabam por produzir, mas sem deixar de expor as profundas conexões entre afetos e moralidades e o político e o humanitário. Navia (2017, p. 137) descreve como essas ambiguidades resvalam nas confusões dos agentes do refúgio e dos sujeitos migrantes e refugiados sobre um atendimento baseado na caridade, com origem em roteiros cristãos ou em atendimentos baseados na assistência social, que toma como base ideias de justiça social e acesso a direitos. Nesse ponto fica mais evidente as zonas de indeterminação entre o *governo humanitário* e o que usualmente se concebe como estado. No campo conduzido por Hamid (2019), entre 2008 e 2011 e por Navia (2014), entre 2011 e 2013, alguns agentes do refúgio parecem alinhar seus exercícios de gestão mais a linguagem da compaixão quando questionam a reivindicação das “ajudas” fornecidas por instituições que compõem o universo institucional do refúgio, como “direitos” por parte das pessoas migrantes e refugiadas.

Apesar da compaixão ganhar destaque na análise de Fassin (2012) e de diversas autoras/es dentro do campo de estudos humanitários, outros afetos também vem compondo o léxico dos *sentimentos morais* que conformam este espaço de análise. Em sua pesquisa com refugiados palestinos, Sonia Hamid (2019) descreve que a concessão do refúgio institui relações de “dádiva-refúgio” que vinculam o Estado brasileiro e refugiados por meio de relações complexas de reciprocidade e obrigação. Ao tomar a inspiração na teoria desenvolvida por Marcel Mauss (2003), Hamid aponta como, por um lado, a *dádiva-refúgio* permite a “construção de status políticos e afirmações de identidades nacionais em contextos internacionais” (Hamid, 2019, p. 180), enquanto por outro “gera a expectativa de que os refugiados retribuam a *dádiva-refúgio* a eles concedida” (Hamid, 2019, p. 180). Ao esperar essa retribuição, o caráter da dádiva assume a forma da obrigação moral da gratidão e se conecta ao vocabulário utilizado pelas agentes para definir as “ajudas” e não os “direitos”. No polo oposto, a antropóloga também observa como a *ingratidão* funciona como *contradádiva* ao romper com aspectos fundamentais da relação de reciprocidade no momento em que alguns refugiados palestinos reivindicam por “direitos” e não meramente “ajudas” (Hamid, 2019).

No contexto da migração venezuelana para o Brasil, Vasconcelos (2021) propõe a ideia de “dádiva-abrigo”, inspirada na leitura de Hamid. Segundo ela, a visão construída ao redor dos migrantes e refugiados venezuelanos como sujeitos despossuídos e vítimas de uma grave *crise*¹¹, institui “expectativas de retribuição específicas” (Vasconcelos, 2021, p. 148). Como

11 Vasconcelos (2021) faz uma leitura crítica sobre como a ideia de “crise” foi utilizada por diversos atores estatais envolvidos no governo do refúgio de pessoas venezuelanas em Roraima para mobilizar as intervenções humani-

uma das frentes da Operação Acolhida¹² é a oferta de abrigo, as queixas em relação a aspectos ou a gestão dos abrigos eram compreendidas, por alguns agentes do refúgio, como quebras no sistema moral de obrigações, sendo interpretadas pela via da ingratidão. Esse aspecto também foi abordado por Malkki (1996) em seu trabalho com hutus na Tanzânia, no qual alguns refugiados foram acusados por agentes de serem “receptores ingratos de assistência internacional” (1996, p. 383) por alcançarem uma condição econômica mais favorável do que a maioria dos nacionais e que, por isso, deveriam ser destituídos da condição de “refugiados”.

No trabalho das três autoras fica evidente como a gratidão/ingratidão toma formas muito parecidas com a compaixão/repressão ao conectar sentimentos e moralidades, responsáveis por moldar as formas de gestão mais “formais” presentes na vida de migrantes e refugiados. Entretanto, esses não são os únicos afetos que permeiam essas relações, há um outro conjunto possível de afetos ainda pouco explorados.

A leitura de Fassin (2012) e de outras/os autoras/es que contribuem para o campo de estudos humanitários, nos mostram como as práticas de *governo humanitário* não podem ser analisadas em separado aos afetos que as compõem. Os afetos estão nas raízes dos modos de governo que vem regendo as vidas precárias, sobretudo quando falamos da gestão de migrantes e refugiados, e é através de uma análise desses afetos que podemos iluminar aspectos da produção contemporânea desses sujeitos. Alguns autores têm apresentado críticas, mais ou menos diretas, em relação à hegemonia de certos afetos sobre outros nesse campo de estudos.

Na tentativa de deslocar a concepção do genocídio como um problema exclusivamente humanitário, Andrew Ross (2018, p. 200) aponta para o menosprezo da diversidade de afetos, até então descritos como parte das políticas humanitárias. O autor critica a centralidade que a política humanitária tem dado à “compaixão e outras emoções ostensivamente boas” (2018, p. 187) e argumenta que a compreensão de outros afetos evocados pelo genocídio na vida política, como a raiva, o medo, o orgulho e a alegria podem ajudar a explicar a sua construção dentro do campo humanitário. Através do mapeamento de diferentes afetos, Ross defende que o genocídio, para além de ser um problema humanitário, é um “símbolo cultural com potencial emocional” (Ross, 2018, p. 188).

Em uma outra chave Malkki (2015), autora seminal no campo dos estudos humanitários, volta sua atenção para os trabalhadores da Cruz Vermelha da Finlândia para conseguir responder de maneira geral: “Quem são essas pessoas? Por que elas aceitam ir em missões? O que esperam conseguir com elas? Como são afetados pelas experiências vivenciadas?” (2015, p. 5). Neste livro, intitulado “The need to help”, a antropóloga retira o foco das intervenções

tárias na região, sob a justificativa de que seriam eficazes na redução dos impactos sociais para os nacionais que vivem na região.

12 Segundo o site do Ministério da Defesa a Operação Acolhida é definida como força-tarefa humanitária subordinada ao Ministério da Defesa. A operação também conta com o apoio técnico e financeiro de diversas agências da ONU e engloba o trabalho de uma centena de outras organizações não-governamentais.

humanitárias e seus efeitos nos supostos “destinatários” das ajudas e volta-se para a vida íntima dos trabalhadores humanitários. Malkki (2015) encontra um campo repleto do que ela chama de *monólogos do coração*, onde o que está em jogo é a coprodução da ética e dos afetos. Em um dos capítulos ela aborda os “impasses afetivos” vivenciados pelos agentes ao serem confrontados por “situações impossíveis”, isto é, aquelas que entrecruzam embates éticos-afetivos onde não há saída fácil ou óbvia.

Tanto Malkki quanto Ross são autores que traçam uma crítica crescente às análises, um tanto saturadas, em torno da compaixão e outros *sentimentos morais* e buscam contribuir na expansão das descrições sobre a diversidade de afetos que sempre circularam no campo, mas não haviam, ainda, ganhado centralidade. De maneira geral, o crescente interesse pela temática dos afetos em diferentes campos de estudo contribui para que a experiência dos sujeitos, seja de migrantes ou administradores, também ganhe centralidade (Glaveanu; Womersley, 2021), sobretudo quando estamos falando do campo de estudo que engloba o refúgio que tem suas raízes em análises jurídicas mais distanciadas desses aspectos. Este artigo busca contribuir para a expansão dos afetos que estão relacionados a este campo de estudos, além de sugerir que os afetos podem ser utilizados como ferramenta de análise do governo do refúgio.

O refúgio é baseado na ideia de “aliviar o sofrimento” (Malkki, 1995, Agier, 2006; Fassin, 2012) e a postura da humildade o associa ao sentimento de gratidão (Fassin, 2010) ou a uma postura passiva, ligada a afetos dóceis e submissos, que regem as pretensas ordens administrativas e disciplinares do refúgio, “de modo que as pessoas possam ser pensadas, geridas e sentidas como refugiadas” (Navia, 2017, p. 59). O caso disruptivo de Maritza (nome fictício), que será apresentado a seguir, rompe com essa “ordem administrativa idealizada” do refúgio (Navia, 2017, p. 59). Ele produz uma brusca ruptura nos processos e nas formas pelas quais as relações sociais são usualmente tecidas entre as pessoas migrantes e refugiadas e agentes do refúgio, tensionando as formas de pensar, gerir e sentir que estão na base do refúgio.

Os *afetos hostis* (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), sobretudo ligados a humilhação, são mobilizados por Maritza no encontro com as reconfigurações administrativas da LGBT+Movimento e outros agentes e aparatos do governo do refúgio, fazendo ressaltar as assimetrias existentes entre administrados e administradores. Além disso, a humilhação sentida por Maritza, também se conecta ao entrecruzamento de opressões de identidade de gênero, sexualidade e classe vivenciadas por ela, que vão para além do critério nacional, principal diferenciador analítico no campo de estudos migratórios. É através da força repetitiva, que chamarei de *regularidades afetivas*, que a humilhação ganha aspectos de *governo* (Foucault, 2010) e participa daquilo que cotidianamente produz os sujeitos, seja nas suas diferenças e precariedades, seja em seus imaginários e aspirações.

HUMILHAÇÃO E OUTROS AFETOS HOSTIS: REGULARIDADES AFETIVAS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE UMA MULHER TRANS VENEZUELANA

No ano de 2021 incorporamos, de forma provisória na equipe da LGBT+Movimento, Maritza, uma jovem mulher trans venezuelana que ficou encarregada de realizar o papel de articuladora comunitária. Apesar de outros migrantes já terem participado da equipe da LGBT+Movimento enquanto pessoas voluntárias, era a primeira vez que uma pessoa que vinha sendo acompanhada pela organização passava a carregar o duplo lugar de ser parte da equipe e, ao mesmo tempo, pessoa atendida. Em determinado momento, Maritza passou a disparar alguns conflitos quando confrontada com a recusa das “ajudas” financeiras por parte da LGBT+Movimento e outras organizações. Era a humilhação e outros complexos emocionais¹³, como a raiva e a tristeza, que apareciam repetidamente na fala e nas expressões de Maritza e se conectam com as reconfigurações administrativas que aconteciam na LGBT+Movimento e as múltiplas precariedades e violências que faziam parte de seu cotidiano.

No momento que Maritza foi incorporada a equipe da LGBT+Movimento, já a conhecia há um ano e meio e a acompanhava quase diariamente, portanto trago neste relato apenas partes resumidas de sua trajetória. As situações humilhantes vivenciadas e relatadas por ela estão profundamente conectadas às condições precárias, às violências cotidianas e às formas pelas quais seus pedidos por “ajudas” são geridos por organizações que compõem o governo do refúgio, incluindo, evidentemente, a LGBT+Movimento.

Maritza chegou no Rio de Janeiro em 2020, junto do namorado Sandro, um jovem homem negro nascido em Minas Gerais. O casal deixou todas as coisas que haviam conquistado em São Paulo, como uma casa alugada mobiliada, pois ele havia recebido a promessa de um emprego em uma construtora na cidade do Rio, promessa que nunca se concretizou, deixando ambos em situação de rua. Maritza e Sandro viveram, de forma intermitente, um ano e meio em situação de rua no Aterro do Flamengo. Ela ficava mais na barraca onde o casal morava, cuidando das coisas de ambos e de Cafu, um cão que adotaram na rua e ao qual Maritza apelidava de “mi filho”. Eu recebia mensagens quase que diárias de Maritza com “Bom dia Nat” ou “Bom dia amiga, como estas?” que eram quase sempre seguidas de pedidos por “ajudas” para comprar quentinhas, ração ou dinheiro para transporte. Nem sempre conseguíamos atender os pedidos de Maritza, mas no início, por conta da LGBT+Movimento não ser ainda formalizada, os gastos

13 Da mesma forma que Díaz-Benítez, Gadelha e Rangel (2021) julgaram importante observar como os *afetos hostis* surgem em meio ao que Coelho (2010, 2012) refere-se como “dinâmicas ou complexos emocionais”, isto é, um conjunto de emoções que se conformam mutuamente e articulam-se umas às outras não sendo produtivo analisá-las em separado. No caso de Maritza a humilhação frequentemente desdobra-se em raiva e tristeza, por esse motivo é importante que levemos em consideração a articulação de uma pela outra.

e as burocracias administrativas eram muito mais simples de serem administrados, com menos exigências e mais flexibilidade, o que representava mais possibilidades de ajudas financeiras pontuais sem maiores burocracias.

Em alguns momentos, por conta de “ajudas” financeiras conseguidas pela Cáritas, pela LGBT+Movimento, por agentes de outras organizações ou pelas “madrinhas”¹⁴, Maritza e Sandro conseguiram deixar a rua e alugar quartos pelo centro do Rio e na favela da Rocinha. Maritza também conseguiu, por três meses, um trabalho em uma loja de tapiocas, mas sua demissão foi marcada, em suas próprias palavras, pelos “ciúmes” de Sandro, que se incomodava com os horários de chegada dela. Com o tempo, as “ajudas” monetárias da Cáritas, que vinham em valores mais substanciais, esgotaram e a vida na rua foi tornando-se cada vez mais difícil. Nessa ocasião, os relatos de Maritza sobre as violências de Sandro passaram a se agravar e serem ainda mais frequentes. Depois de um episódio que ela descreveu como “traumático”, Maritza foi até a sede da LGBT+Movimento para se despedir de nós, pois queria ir embora “sem rumo, fugir das humilhações de ser trans e da rua”.

Diante dessa situação impossível (Malkki, 2015) onde pareciam nos faltar recursos para agir¹⁵. Decidimos oferecer a Maritza a vaga de articuladora comunitária na LGBT+Movimento. Ela passou a trabalhar uma vez por semana conosco, frequentava as reuniões de equipe e recepcionava as pessoas migrantes e refugiadas que chegavam para atendimento na sede, eventualmente também as acompanhava em outras instituições como a Polícia Federal, os centros de referência de assistência social (CRAS/CREAS), os centros de acolhimento para população em situação de rua (CENTROPOP) e abrigos municipais, como o Centro Provisório de Acolhimento 4 (CPAIV). Com o valor de 600 reais mensais pela atuação de Articuladora Comunitária, Maritza conseguiu alugar uma quitinete em uma das comunidades do Rio das Pedras, na Zona Oeste da cidade. Após algumas semanas na função, Maritza passou novamente a intensificar seus pedidos de “ajuda” que quase sempre vinham acompanhados de fotos que mostravam sua “magreza” e os armários vazios ou a narração de detalhes sobre sua fome: “amiga, preciso de ajuda, to comendo uma vez por dia”/ “amiga, hoje eu só comi pó de

14 Nome usado por Maritza para se referir a duas mulheres diferentes que a ajudaram com doações de alimentos, cuidados com Cafu, doação de um telefone celular e um computador antigo e ajudavam na busca de pequenos trabalhos para Sandro. Maritza fez uma distinção entre as pessoas que a ajudaram espontaneamente e as madrinhas, que pareciam estar mais atentas e preocupadas com sua condição.

15 Na época, os auxílios financeiros que tínhamos disponíveis não passavam de 200 reais e mesmo assim, fazíamos um esquema de três meses intercalados por pessoa para conseguir fazer rodízios. Quase sempre as destinatárias desses auxílios, chamados de “ajudas” pelas pessoas, eram mulheres trans ou mulheres lésbicas que estavam desempregadas; em situação de rua; vivenciando situações de violência; em dívidas com “cafetões”, “cafetinas” ou milicianos, ou tinham filhos pequenos. Nossos auxílios pontuais para Maritza eram quase sempre em pequenos valores de 20 a 50 reais, para compra de comidas ou para transporte, ela também já havia participado do rodízio de auxílios maiores algumas vezes. Na Cáritas, ela já havia recebido mais de 9 meses de auxílio tipo Cash Based Interventions (CBI) desde que chegou ao Brasil, essa modalidade é geralmente chamada de “bolsas” pelos migrantes.

nescau” / “tive que transar com um cara pra conseguir 20 real pra comer” / “amiga aqui não tem carreata¹⁶, no tengo fogão ni geladeira, estou sen comer nada” / “amiga não tem comida e ni ração, Cafu comeu meu tênis ontem de fome”/ “tenho fome, te juro, aqui no rio das pedras não tem como pedir na rua” (mensagens trocadas por *whatsapp*). Narrativas diárias difíceis de serem lidas e que provocavam em mim um mal-estar constante e a sensação de insuficiência narrada por muitos interlocutores de Malkki (2015) que trabalham em missões humanitárias com pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Ainda que tentasse estratégias diversas para “ajudar” Maritza, sentia que essas ações eram sempre incompletas. Merece destaque a precariedade enfrentada por pessoas migrantes e refugiadas trans e travestis no Brasil, marcada pela dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e por violências de gênero que antecedem o início de suas trajetórias migratórias. São raros os acesso a vagas de emprego formal e, quando acontecem, costumam não passar do período de experiência, gerando enorme frustração nessas pessoas. Segundo dados do último infográfico da LGBT+Movimento, 82,9% das pessoas atendidas pela organização estão desempregadas, entre elas estão 87% de mulheres trans e travestis venezuelanas que trabalham no mercado do sexo, convivendo com uma série de violências.

As mensagens de Maritza aconteciam em meio à reconfiguração administrativa da organização que estava recém-formalizada e havia recebido seu primeiro financiamento para realizar um projeto previamente orçado. Buscando entender até que ponto poderíamos fazer o repasse de dinheiro para as pessoas sem comprometer as muitas exigências burocráticas da “pessoa jurídica” e os compromissos firmados com o financiador do projeto, nos encontrávamos imersas em dúvidas e incertezas. Levamos tempo para consultar alguns contadores e quando fizemos as respostas sobre essas perguntas eram ambíguas e nos deixavam cada vez mais confusas e incertas, sem saber em quem confiar. A notícia de que já tínhamos duas multas por não ter feito a prestação de contas da organização desde a liberação do CNPJ nos deixou ainda mais inseguras e decidimos restringir ao máximo as “ajudas” repassadas às pessoas atendidas, mantendo apenas o repasse do valor de transporte para os atendimentos da organização. Dessa forma, Maritza permaneceu recebendo sua ajuda de custo como articuladora, mas não poderia receber nenhuma outra “ajuda” fora esse valor. Com o acúmulo de recusas em seus pedidos, não apenas por parte da LGBT+Movimento, mas das Cáritas, do ACNUR e outras organizações acessadas localmente por ela, Maritza passou a disparar conflitos que começaram com mudanças sutis na atmosfera de trabalho¹⁷ e escalaram em intensidade.

16 Palavra que se refere a iniciativas que organizam a distribuição de quentinhas para pessoas em situação de rua.

17 Maritza passou a chegar na sede da organização e não cumprimentar a todos, ação que antes fazia de forma calorosa, passou a chegar e ficar em silêncio. Muitas vezes ela cumprimentava Marina, mas não falava comigo, pois, na maioria das vezes, era eu quem a respondia dizendo que não poderíamos repassar nenhum valor além da ajuda de custo como articuladora comunitária. Outras pessoas da equipe que não sabiam o que estava acontecendo, sempre nos perguntavam se havia algo de errado com Maritza, se algo tinha acontecido, percepção que diz sobre

Em um dia em que a sede da LGBT+Movimento não estava aberta, recebi mensagens e ligações de Maritza logo pela manhã. Ela pedia por um adiantamento da sua ajuda de custo para conseguir pagar o aluguel atrasado, junto do pedido ela encaminhou um áudio da “dona” do aluguel que pedia expressamente que Maritza quitasse sua dívida, do contrário ela iria tirar suas coisas e trocar a chave do local. Expliquei à Maritza, como já havia feito em algumas outras oportunidades, que não poderíamos fazer o adiantamento, apenas quando o mês virasse novamente, ainda faltavam 12 dias, medida que fazia parte das reconfigurações administrativas e burocráticas, anteriormente flexibilizadas. Ela visualizou minhas mensagens, não respondeu imediatamente e depois de algumas horas escreveu:

Pra vocês é fácil falar no é vocês que é mandada embora sou eu.
 Porque eu moro de aluguel se eu no pagar eu to na rua e você vai me dizer que pode fazer encaminhamento pra abrigo, mas você não tem noção do que es morar em abrigo.
 Você no sabe o que es viver humilhada asi.
 Você não tem noção do que é aguentar a fome e só comer pão com maionese, você não sabe o que é isso, sempre tem comida na sua casa.
 Só fale porque vocês da LGBT tem que cuidar da gente mas isso não quer dizer que não podemos reclamar, não sou conformista.
 Eu vou buscar ajuda na caritas.
 (Maritza em mensagem de texto via WhatsApp, 18 de abril de 2022).

Maritza passou a disparar conflitos que demarcavam as assimetrias de poder implícitas em nossa relação, o que em um primeiro momento me fez prestar atenção nesses afetos mobilizados por ela, em torno do seu “viver humilhada” e como suas queixas iam de encontro e desafiavam a premissa central da organização que privilegiava a intimidade e a produção de conexão com pessoas migrantes e refugiadas. A sensação de humilhação relatada por ela parece expor o caráter contrastivo entre a segurança/insegurança vivenciada de forma distinta por nós, isto é, a sua situação de insegurança em relação à manutenção do aluguel e o acesso à alimentação digna e a minha suposta segurança nestes aspectos¹⁸. A humilhação narrada por

as sutis mudanças na atmosfera de trabalho que passaram a acontecer com o acúmulo das recusas e conflitos entre nós.

18 Isabell Lorey (2015) vem traçando reflexões interessantes sobre o governo da precariedade e sua relação com a insegurança. Ao considerar a premissa Foucaultiana de que a precariedade atua como um processo que produz os sujeitos e, ao mesmo tempo, produz a insegurança como preocupação central desses sujeitos, a autora delimita diferentes formas de precariedade e ilumina aspectos cruciais sobre os modos singulares com os quais a precariedade vem se constituindo como uma nova forma de regulação. Em íntimo diálogo com a noção de *precariousness* de Judith Butler (2015), Lorey (2015) sugere a *condição precária* como dimensão sócio-ontológica da vida e dos corpos. A vulnerabilidade dos corpos e da vida, condição que todos nós partilhamos, pelo fato de sermos dependentes do cuidado e dos trabalhos reprodutivos, não só revela aspectos da vida como tal, mas também das condições de sua existência. Isto é, na leitura de Butler não há uma separação entre as condições existenciais e as condições sociais e políticas que permitem a vida, as mesmas condições que permitem a sobrevivência dos corpos são também as que os ameaçam, porque um corpo jamais está totalmente protegido. Por isso a condição precária ao mesmo tempo que une, pela ontologia partilhada, separa e cria uma “diferença relacional”, sobre as quais

Maritza parece se relacionar com as práticas de rebaixamento e inferiorização descritas por diversos autores (Miller, 1995; Katz, 2013; Díaz-Benítez, 2019) e que, segundo Díaz-Benítez, Gadelha e Rangel (2021), pode ser considerada como parte de um conjunto de *afetos hostis* a partir dos quais é “possível interpretar exercícios hierárquicos de diferença” (p. 12). O fato de não estar sujeita às mesmas inseguranças que Maritza me coloca em uma posição privilegiada que, segundo sua fala, parece minar a minha possibilidade de compreensão sobre sua vivência, quando ela diz: “você no sabe que es viver humilhada asi”. Essa fala, por sua vez, parece estar atrelada a suposta facilidade com a qual eu recuso seus pedidos de “ajuda”, sendo assim, incapaz de “cuidar”.

Os pedidos por “ajudas” de Maritza continuaram a ser diários e suas queixas também, ela passou a alternar pedidos para mim e para outras pessoas da equipe que tiveram contato com ela. Recebi também mensagens de agentes do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), das Aldeias Infantis de São Paulo, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), da Cáritas e do ACNUR, Maritza havia entrado em contato com todas essas agências através de agentes previamente conhecidos ou por meio de canais abertos de contato/dúvidas, como o canal *Help* do ACNUR. Ela também passou a encaminhar meus áudios e mensagens com a recusas das ajudas para outros agentes e postou *prints* de nossas conversas nas suas redes sociais com *emoticons* que representam “raiva” e “tristeza”, chamando atenção para as diversas violações de direitos que não apenas ela, mas a “populacion LGBT de migrantes no Rio de Janeiro” vive. Em duas postagens desse tipo ela descrevia:

Deus sabe das coisas gente
 Uno tem que se humilhar [emoticon de raiva] puxar saco dessas instituição [emoticon de raiva] para poder encaixa na cidade nos benefícios [emoticon triste] no SUS nos organos públicos
 Desempleo aumentando a populacion LGBT de migrantes no Rio de Janeiro [emoticon com prédios] sen espaços de ajudas, morando nas ruas
 SOS [emoticon com mãos juntas em prece]
 Somos al redor de 50 pessoas sen renda sem casa sem alimentacion digna sem SUS.
 Sen direitos como refugiados bolsas família negadas.

Não podem ayudar nem com pasage nem como comida nem nada praticamente.
 Org LGBT que não ta vendo as necessidades dos migrantes.
 Não entendo porque estan negando a bendita pasage sem saber a necessidade de uno.
 Vocês tem su comida [emotions de raivas]
 Não aguento mais essa humilhacion, por comida, por una pasage que no es nada.

Butler (2015) irá centrar-se para discutir porque algumas vidas serão protegidas e outras não. A impossibilidade de uma vida autônoma, em razão da vulnerabilidade da vida e dos corpos que necessitam de proteção diz respeito à condição de interdependência a qual estamos sujeitos. Segundo Lorey (2015, p.33 – tradução nossa), essa “interdependência social pode se expressar como cuidado (dos demais) ou como violência”, o que ressalta a fronteira doce entre proteção e controle que permeiam as queixas de Maritza em relação ao cuidado que está sendo oferecido pela organização. Essa noção se aproxima da noção de “poder tutelar” e, particularmente, do binômio “gestar e gerir” descrito por Souza Lima (2002).

(Textos retirados de postagens do tipo “stories” no Instagram de Maritza, 23 de junho de 2022).

Na primeira mensagem, Maritza parece atrelar a condição de “puxa-saco” a uma exigência para o acesso a benefícios sociais e ao Sistema Único de Saúde (SUS). É como se a mediação desse acesso através dos encaminhamentos, prática que faz parte do cotidiano dos agentes e instituições que compõem o universo institucional do refúgio¹⁹, fosse por si mesma determinada pela qualidade da relação entre migrante/refugiado e agente ou migrante/refugiado e instituição. Maritza parece sugerir que ter uma relação de “puxa-saco” determina o acesso facilitado a esses benefícios.

Diversos autores sublinham como a relação individual e afetiva construída entre agentes e migrantes e refugiados determina mais as ações dos primeiros do que as próprias diretrizes institucionais (Vasconcelos, 2021; Vasconcelos; Santos 2023; Navia 2014; Hamid, 2019). Maritza, no entanto, parece assumir uma agência subversiva e ativa que recusa a posição de “puxa-saco”, mais associada a uma forma de ação submissa e passiva. A necessidade de “puxar saco” para ter acesso a direitos parece intensificar a sensação de *humilhação* vivenciada por Maritza, pois em seu discurso ela sublinha novamente o desconforto dela com o aspecto hierárquico e assimétrico da relação entre agentes do refúgio e migrantes ou refugiados. Maritza não parece se identificar com uma postura submissa e passiva, que aceita aquilo que é esperado das pessoas que são objeto da gestão humanitária: a humildade (Fassin, 2012) ou a gratidão (Hamid, 2019).

A forma como a humilhação é sentida por Maritza nas suas tentativas de acesso a “ajudas” evidencia o que Coelho e Rezende (2010) e Coelho e Ceres (2019) têm descrito como a “dimensão micropolítica das emoções”, isto é, sua capacidade de “dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou status dos sujeitos que as sentem e/ou expressam (Coelho; Ceres, 2019, p. 11). A experiência de Maritza, apesar de carregar formatos singulares

19 No governo do refúgio os encaminhamentos funcionam como uma ferramenta de mediação burocrática. Na minha experiência como gestora, poucas vezes os encaminhamentos cumprem a função que lhes é esperada, isto é, a de atuar como um “instrumento de proteção” que se propõe a reduzir as chances de erros, ambiguidades e incompreensões entre administradores e administrados. Em muitos casos que acompanhei eles produzem ainda mais ambiguidades e incompreensões nas pessoas migrantes e refugiadas, sobretudo naquelas recém-chegadas que ainda não mapearam as fronteiras entre poderes estatais e humanitários. Para inclusão em benefícios sociais fornecidos pelo governo, como Bolsa Família, por exemplo, as pessoas precisam se dirigir ao CRAS/CRAES mais próximo de suas residências para realizar o preenchimento do Cadastro Único. Entretanto, após o fornecimento do Auxílio Emergencial durante o primeiro e segundo ano de pandemia, muitos migrantes e refugiados têm enfrentado dificuldade no atendimento nas unidades de referência em assistência social, queixando-se de longas esperas, filas, horários restritos e, após o atendimento, muitos demoram ou nem chegam a ser incluídos no Bolsa Família mesmo após meses de espera. Essas situações impactam nas relações de confiança/desconfiança que são tecidas entre pessoas migrantes e refugiadas e agentes que preenchem os encaminhamentos. No caso de Maritza, ela comenta sobre “bolsas famílias negadas”, pois muitos migrantes e refugiados tiveram o Auxílio Emergencial negado ou bloqueado por inconsistências no Cadastro Único, Maritza foi uma dessas pessoas.

de sua biografia, não se restringe a ela e faz ressaltar como a humilhação “habita nossas vidas como uma forma de assimilação do humano possibilitada por nosso modo social e histórico de perceber o mundo e os sujeitos por meio de hierarquias” (Díaz-Benítez, 2019, p. 69), presente nas diversas falas em que Maritza demarca nossas assimetrias.

Ao mesmo tempo, a *humilhação* tem sido largamente vinculada à gestão da pobreza e tem feito parte das constatações etnográficas de pesquisadores que vem trabalhando com sujeitos racializados, minorias sexuais e de gênero ou pessoas inferiorizadas em função dos territórios, status migratório e nacionalidade, para citar somente alguns (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021). Parte das angústias vivenciadas por Maritza e outras mulheres trans venezuelanas que venho acompanhando ao longo dos anos orbitam a situação de precariedade econômica, sobretudo a falta ou escassez de renda, a difícil inserção em empregos formais, a fome e a violência de gênero. Assim como Maritza vive a interseção de diversos marcadores sociais da diferença como, identidade de gênero, classe e nacionalidade, a humilhação sentida por essas mulheres se conecta a múltiplos fatores.

Em primeiro lugar elas se conectam ao acesso a “ajudas” monetárias, oferecidas pela LGBT+Movimento ou as “bolsas” oferecidas pela Cáritas. Na relação com a Cáritas, parece ser o tempo de espera que corrói e, ao mesmo tempo, cria esperanças e o limite do número de “bolsas”, que aparecem no centro das angústias de Maritza, enquanto na relação com a LGBT+Movimento são as recusas, fruto das reconfigurações administrativas e burocráticas da organização que parecem romper com formas já previamente instituídas de relações de reciprocidade por meio da intimidade e informalidade. As *humilhações* também se conectam a transfobias e xenofobias vivenciadas por Maritza diariamente, intensificadas no contexto de situação de rua. A figura da “morta de fome” aparece associada nas *humilhações* vivenciadas por ela e tem relação direta com as formas pelas quais “a fome” e “pobreza” vêm sendo produzidas como signos da “crise” venezuelana no Brasil, condição que marca também os sujeitos nacionais venezuelanos como um todo²⁰. A prostituição também aparece em meio às *humilhações* nos

20 Em relação à figura da “morta de fome” que aparece na narrativa de Maritza, faz ecoar a construção social dos venezuelanos no Brasil sobre o signo da pobreza e da “fome”. É inegável que a “fome” tem um papel importante nas motivações migratórias de muitos venezuelanos, ela é constantemente citada nos atendimentos feitos a migrantes e refugiados venezuelanos realizados por mim na LGBT+Movimento e ela também compõe os relatos de Maritza sobre a continuação desse estado pós-migração. Entretanto, ela ganhou estigmas e preconceitos que já existiam e eram acionados sobretudo em relação a pessoas inferiorizadas em função de classe. A associação desses estigmas à nacionalidade venezuelana foram mediados por múltiplos fatores que se relacionam com a produção dos refugiados venezuelanos como um problema, para utilizar a expressão de Navia (2017), já anteriormente citada, que se refere a criação de um problema que justifique intervenção. Sem querer me alongar nesse tópico, que também não é foco desta análise, gostaria de destacar que ele está intimamente relacionado com os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro acerca da fome na Venezuela. No marco temporal do meu campo, entre 2020 e 2022, aconteceram as disputas eleitorais para presidência do país, em que a questão da fome e do retorno do Brasil ao Mapa da Fome estiveram em grande destaque no debate público. Como forma de rebater os argumentos de seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Jair Bolsonaro usava a Venezuela como “caso exemplar” da “fome” em sua campanha presidencial, na tentativa de evocar o lema: “se o PT [Partido dos Trabalhadores] ganhar o Brasil vai

relatos de Maritza, seja pela *humilhação* de ter que aceitar valores muito baixos ou trocar os programas por comida, seja pelas violências físicas e psicológicas que acontecem em meio a isso. A relação romântica vivenciada com Sandro e as agressões físicas e psicológicas por ele perpetradas também parecem intensificar a sensação de *humilhação* vivenciada por ela.

Dessa maneira, nas experiências de Maritza essas formas de humilhação se articulam e formam gatilhos umas para as outras. É possível que uma situação mais relacionada com as recusas a ajudas monetárias potencialize a sensação de humilhação relacionada ao ser “mulher trans”, por exemplo, porque aciona e articula essas formas de opressões em conjunto. Esse modo de sentir a humilhação por meio do seu efeito articulado faz lembrar as abordagens construcionistas acerca da interseccionalidade, como comentadas por Piscitelli (2008). Segundo a antropóloga, essa abordagem assume que as categorias sociais da diferença não apenas se somam, mas se constituem em articulação umas com as outras. A articulação de duas ou mais categorias produz formas específicas de vivenciar essas opressões. Da mesma maneira, as humilhações vivenciadas por Maritza também assumem formas articuladas que definem seus modos de sentir as diferenças.

Contudo, não apenas essas formas de humilhação se articulam, influenciando na intensidade desse afeto, como também há um importante fator em relação a regularidade que esse afeto aparece na vida de pessoas migrantes e refugiadas, sobretudo trans e travestis. Inspirada nos argumentos de Reeves e Laszczkowski (2018) considero que uma atenção às camadas de regularidade com que a humilhação aparece nos relatos de Maritza, aqui brevemente apresentados, podem permitir uma elucidação propriamente etnográfica de outros afetos que participam do governo do refúgio e que excedem as dinâmicas relacionadas a compaixão e a in/gratidão, mais largamente exploradas no campo. Na minha pesquisa de doutorado em andamento, exploro, de forma mais extensa do que este artigo permite, a noção de *regularidades afetivas* com objetivo de identificar certos tipos de afetos (como a humilhação, a esperança/desilusão, a ansiedade e a frustração) que aparecem com especial regularidade e/ou intensidade quando olhamos para os encontros entre as pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas e os agentes e as instituições que compõem o governo do refúgio.

A humilhação adquire aspectos de governo (Foucault, 2010) quando passa a se tornar um afeto regular nos encontros e experiências, não apenas de Maritza, mas também de outras interlocutoras migrantes e refugiadas venezuelanas trans e lésbicas, com agentes e instituições do governo do refúgio. Essas formas repetitivas de sentir que habitam os cotidianos, os acessos

virar uma Venezuela”. Segundo matéria do Veículo *The Intercept*, por duas ocasiões Jair Bolsonaro se apresentou publicamente em campanha eleitoral acompanhado de migrantes e refugiados venezuelanos que foram solicitados a relatar suas experiências relacionadas à “fome” em seu país de origem, conectando essa a um regime político de esquerda, equiparado ao de Lula. Essa construção dos venezuelanos sob o signo da “fome” e da miséria no debate público se relacionam diretamente com a associação entre a figura da “morta de fome” e a *humilhação* sentida por Maritza.

as “ajudas”, aos direitos e a benefícios sociais conformam a *política da humilhação*, da qual fala Everton Rangel (2020), que parece objetivar, nas palavras de uma das interlocutoras de Navia (2014): “que maten a uno a poquíticos” (2014, p. 347). A produção dessa morte lenta em vida também é resultado da conexão entre as *regularidades afetivas* e algumas *tradições administrativas* que participam historicamente da gestão de migrantes e refugiados no Brasil (Navia, 2020). Dentre elas está a presunção cisheteronormativa que rege a maioria dos programas e políticas voltadas para pessoas migrantes e refugiadas. Como argumenta Navia (2020) esses programas reforçam a hegemonia do modelo de família nuclear cisheterossexual, construindo um governo do refúgio que desconsidera as articulações das múltiplas singularidades vivenciadas por pessoas como Maritza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de Maritza também provoca rupturas nas *tradições administrativas* que fundam os espaços humanitários, pois esses espaços estão baseados na ideia de aliviar o sofrimento (Malkki, 1995; Agier, 2006; Fassin, 2010). Ao tornar-se palco de tensões e conflitos disparadores de *afetos hostis* (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), passam a ter sua função primordial questionada. Diversas autoras chamam atenção para aspectos problemáticos das relações entre agentes do refúgio e migrantes e refugiados, em que diferentes níveis de tensões e *afetos hostis* (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021) aparecem relacionados (Antonucci, 2020, 2021; Navia, 2014, 2020; Hamid, 2019; Vasconcelos; 2021)

Para além de se conectarem com o acesso as “ajudas” oferecidas por agentes e instituições do governo do refúgio, a humilhação sentida por Maritza se conecta a múltiplas situações: a precariedade, a prostituição, a fome, a nacionalidade, as violências transfóbicas e etc. A humilhação e os outros *afetos hostis* a ela correlacionados não aparecem somente no caso de Maritza, mas fazem parte das narrativas de diversos migrantes e refugiados que buscam “ajuda” junto a instituições que fazem parte do governo. O efeito repetitivo da *humilhação* na vida de Maritza e de outros migrantes e refugiados acaba por produzir esse afeto como parte das *regularidades afetivas* que marcam a relação entre administrados e administradores.

Ao tomar certos afetos como regulares na vida dos sujeitos, considero, inspirada na proposta de Laszczkowski e Reeves (2018) que esses elementos são historicamente construídos e adquirem aspectos de governo (Foucault, 2010), participando ativamente da produção cotidiana desses sujeitos. É precisamente por meio de uma atenção a certas camadas de regularidade que uma elucidação propriamente etnográfica dos afetos torna-se possível.

REFERÊNCIAS

1. ABU-LUDHOG, Lila; LUTZ, Catherine (ed). **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
2. AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 197–215, 2006.
3. AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh University Press, 2014.
4. ANTONUCCI, Nathália. **Entrecruzamento entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25621/Disserta%c3%a7%a3o_Nath%a1lia%20Antonucci%20BIBLIO%20PDF%20FINAL%20-%20nathalia%20fonseca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 out. 2024.
5. ANTONUCCI, Nathália. Mover-se ou não mover-se? As múltiplas pandemias a partir de trânsitos e narrativas de uma solicitante de refúgio lésbica ao Sul Global. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [s. l.], v. 29, n. 61, p. 145–160, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/remhu/a/cmvDG7Q8VQvFhcm3t8HZszf/>. Acesso em: 30 jul. 2022.
6. ARENDT, Hannah. **On Revolution**. London: Penguin Books, 1962.
7. BOCCAGNI, Paolo; BALDASSAR, Loretta. Emotions on the move: Mapping the emergent field of emotion and migration. **Emotion, Space and Society**, [s. l.], v. 16, p. 73–80, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1755458615300153>. Acesso em: 3 jul. 2023.
8. BOLTANSKI, Luc. **La Souffrance à distance**. Morale humanitaire, médias et politique. Paris: Éditions Métailié, 1993.
9. BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2015.
10. COELHO, Maria Claudia. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 10–36, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000400002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 abr. 2024.
11. COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Mana**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 265–285, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/VqyC83wMK9HFPLFVLfHH5Vk/>. Acesso em: 9 out. 2024.
12. COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos. **Cultura e Sentimentos:**

- Ensaio em Antropologia das Emoções. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.
13. DAS, Veena. **Affliction: Health, Disease, Poverty**. New York: Fordham University Press, 2015.
 14. DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 25, n. 54, p. 51–78, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832019000200051&tlng=pt. Acesso em: 11 abr. 2024.
 15. DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 10–29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47801/3661>. Acesso em: 9 out. 2024.
 16. FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. Los Angeles: University of California Press, 2012.
 17. FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
 18. GLAVEANU, Vlad; WOMERSLEY, Gail. Affective mobilities: migration, emotion and (im)possibility. **Mobilities**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 628–642, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17450101.2021.1920337>. Acesso em: 2 jun. 2023.
 19. GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: O cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 34, n. 98, p. 5–22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LN8YgwX9J7Xgr67tZTVjf9B>. Acesso em: 3 mar. 2024.
 20. HAMID, Sônia Cristina. **(Des)integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil**. Editora Unb, 2019. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/16/200/876>. Acesso em: 22 ago. 2022.
 21. HO, Elaine Lynn-Ee. The Emotional Economy of Migration Driving Mainland Chinese Transnational Sojourning across Migration Regimes. **Environment and Planning A: Economy and Space**, [s. l.], v. 46, n. 9, p. 2212–2227, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1068/a130238p>. Acesso em: 4 abr. 2023.
 22. KATZ, Jack. Massacre Justo. In: COELHO, Maria Claudia (org.). **Estudos sobre Interação: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 211-284.
 23. LASZCZKOWSKI, Mateusz; REEVES, Madeleine. Introduction: Affective States: Entanglements, Suspensions, Suspicions. In: LASZCZKOWSKI, Mateusz; REEVES, Madeleine (ed.). **Affective states: Entanglements, suspensions, suspicions**. Berghahn Books, 2018. v. 5. p. 1-14.

24. LOREY, Isabell. **State of Insecurity**: Government of the Precarious. Tradução Aileen Derieg. [s. l.]: Verso Futures, 2015.
25. MAI, Nicola; KING, Russell. Love, Sexuality and Migration: Mapping the Issue(s). **Mobilities**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 295–307, 2009.
26. MALKKI, Liisa H. Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things. **Annual Review of Anthropology**, [s. l.], v. 24, p. 495–523, 1995.
27. MALKKI, Liisa H. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. **Cultural Anthropology**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 377–404, 1996.
28. MALKKI, Liisa. **The Need to Help**: The Domestic Arts of International Humanitarianism. [S. l.]: Duke University Press, 2015.
29. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naif, 2003. p. 183-294.
30. MILLER, William Ian. **Humiliation**: And Other Essays on Honor, Social Discomfort, and Violence. [S. l.], [s. n.], 1995.
31. NAVIA, Angela. **Colombianos refúgiados no Sul e Sudeste do Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
32. NAVIA, Angela. **Exodos, refúgios e exílios**: colombianos no sul e sudeste do Brasil. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.
33. NAVIA, Angela Facundo. Una experiencia de interiorización: transformaciones y continuidades de las acciones humanitarias. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 17, e17651, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412020000100651&tlng=es. Acesso em: 11 abr. 2024.
34. PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam**: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/19691>. Acesso em: 23 jul. 2024.
35. PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, Categorias de Articulação experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274, 2008.
36. RANGEL, Everton. **Depois do Estupro**: Homens Condenados e seus tecidos relacionais. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
37. ROSS, Andrew. Beyond Empathy and Compassion: Genocide and the Emotional Complexities of Humanitarian Politics. *In*: BRUDHOLM, Thomas; LANG, Johannes

- (ed.). **Emotions and Mass Atrocity: Philosophical and Theoretical Explorations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 185–208.
38. SVAŠEK, Maruška. On the Move: Emotions and Human Mobility. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, [s. l.], v. 36, n. 6, p. 865–880, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691831003643322>. Acesso em: 27 jul. 2023.
39. VASCONCELOS, Iana. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14574/license_rdf?sequence=7&isAllowed=y Acesso em: 30 jul. 2022.
40. VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. Dieta de Maduro. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 13, n. 26, p. 25–46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13147/9087> Acesso em: 23 de junho 2022.
41. VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [s. l.], v. 30, n. 66, p. 243–264, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852022000300243&tlng=pt. Acesso em: 11 abr. 2024.
42. VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 25, n. 54, p. 7–21, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832019000200001>. Acesso em: 9 set. 2022.
43. ZELIZER, Viviana. **A negociação da intimidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Nathalia Antonucci Fonseca

Doutoranda em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5733-5202>. E-mail: nathaliaaf20@gmail.com